



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA

CONCURSO PÚBLICO

Aplicação: 14/12/2008

CARGO **011**:  
TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E PESQUISA  
ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO:  
ESTRUTURAS TECNOLÓGICA, PRODUTIVA  
E REGIONAL

CADERNO DE PROVAS – PARTE II  
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**MANHÃ**

**ATENÇÃO!**

- » Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- » Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos**, confira o número, o nome e a área de especialização de seu cargo transcritos acima, no rodapé de cada página numerada desta parte do caderno de provas e na **folha de respostas**.

**AGENDA (datas prováveis)**

- I **16/12/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- II **17 a 21/12/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **21/1/2009** – Resultados final das provas objetivas e provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV **23/2/2009** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a prova oral e para a entrega da documentação para a avaliação de títulos: Diário Oficial da União e Internet.

**OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 16 do edital n.º 1 – IPEA, de 8 de setembro de 2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.



De acordo com o comando a que cada um dos itens de **51 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando aspectos da configuração das redes urbanas regionais no Brasil e do imbricamento dessa morfologia com a economia produtivista nacional, julgue os itens que se seguem.

- 51** A iniciativa privada brasileira, fortalecida por mercados centralizados, mas conjugados em redes integradas, está cada vez menos lastreada nas ações de políticas urbanas pelos poderes públicos locais.
- 52** A Zona Franca de Manaus comprova a autonomia e total independência do meio empresarial brasileiro como potência para realizar complexos produtivos mesmo que nas localidades econômica e politicamente mais recônditas do país.
- 53** A análise das tendências que cada núcleo urbano apresenta, na concentração de pessoas e atividades econômicas, deve dar exclusiva prioridade ao levantamento do percurso histórico de investimentos pelo setor privado de produção.

O sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira em sua análise dos padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976) verifica os esquemas de reprodução ampliada da economia pela observação de três departamentos básicos da produção: Departamento I, produtor de bens de capital ou de produção; Departamento II, produtor de bens de consumo não duráveis; e Departamento III, produtor de bens de consumo duráveis. Segundo a clássica divisão adotada pelo autor, julgue os itens a seguir.

- 54** Na primeira metade dos anos cinquenta do século passado, precisamente o período que corresponde à presidência Vargas, buscou-se um padrão de acumulação para a economia brasileira fundado na expansão do setor produtor de bens de produção.
- 55** O bloco de atividades produtivas que se materializaram em iniciativas estatais como a criação da PETROBRAS e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), instituem no Brasil as bases para a expansão dos Departamentos II e III da economia brasileira.
- 56** A produção agrícola, o capital da terra, conforma o pilar central do Departamento I da economia produtiva.

A aglomeração urbana e o adensamento populacional, pelo processo de crescimento contínuo de conjuntos de cidades e pela metropolização, exige desafios no setor da mobilidade urbana por parte dos poderes públicos. De acordo com esse quadro, julgue os itens seguintes.

- 57** Uma das saídas para a questão da mobilidade urbana vem pela isenção fiscal de cidades a determinadas fatias do setor produtivo privado buscando atrair essas empresas, garantindo emprego e renda para os seus habitantes.
- 58** A questão habitacional, pela criação das zonas de interesse social (ZEIS) e pelas políticas de regularização fundiária e locação social, tem o potencial de garantir uma ocupação democrática do espaço urbano, viabilizando assim mais igualdade na questão da mobilidade urbana.
- 59** Priorizar a mobilidade urbana envolve a defesa de um conjunto de políticas de transporte e circulação buscando garantir a mobilidade das pessoas e não dos veículos, e, assim, o acesso amplo e democrático ao espaço urbano.

O Estatuto da Cidade em seu artigo segundo estabelece que “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”. Segundo essa diretriz e de acordo com o sentido mais amplo de outras disposições gerais dessa lei federal, julgue os itens subseqüentes.

- 60** Os mercados de incorporação imobiliária devem ser subsidiados com verba pública no sentido de garantir a efetiva natureza social da propriedade privada.
- 61** O planejamento e as intervenções urbanísticas no sentido de se buscar garantir o bem coletivo e a função social da propriedade devem exigir a criação de outros paradigmas de organização produtiva.
- 62** A questão da economia informal, com grande parcela da população excluída do sistema de produção, pode e deve ser pensada à luz do disposto no segundo artigo do Estatuto da Cidade.

Segundo o disposto no art. 36 da Lei Federal n.º 10.257/2001 (o Estatuto da Cidade), “lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do poder público municipal”. De acordo com o texto desse artigo, julgue os seguintes itens subseqüentes.

- 63** A ocupação do espaço urbano pelo setor produtivo em geral, atendendo ao disposto na Lei retromencionada, deve garantir a permanência das moradias e centros habitacionais em seus limites de vizinhança, nunca se valendo de práticas de desocupação.
- 64** Os estudos de impacto de vizinhança visam impulsionar a produção de maneira a garantir uma margem segura para o escoamento no espaço urbano de eflúvios tóxicos, podendo ser sólidos, líquidos ou gasosos.
- 65** O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.

O sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira, em análise do processo de oligopolização da economia, afirma não haver capitalismo monopolista sem o Estado. Segundo essa assertiva, julgue os itens a seguir.

- 66** Sem a conversão dos fundos públicos em pressuposto geral do capital, a economia produtiva capitalista é insustentável.
- 67** A especulação financeira vislumbra como luz no fim do túnel o brilho do tesouro nacional.
- 68** A oligopolização da economia acontece pela capacidade de auto-investimento do próprio mercado produtivo privado.

O filósofo francês Claude Lefort afirma que as burocracias pretendem uma formação específica da sociedade, não sendo o descaminho fruto de uma espécie de incompetência das organizações, mas antes um princípio interno da cultura organizacional que favorece portas de entrada privilegiadas para os que possuem as chaves de acesso. Em suma, segundo esse autor, por pior que seja a burocracia, ela nunca será igualmente ruim para todos. Com referência a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 69** A burocracia tem seu piso fundamental nas dificuldades de inovação em gestão.
- 70** A gestão de pessoas tem sido uma forte aliada no desentrelaçamento dos processos morosos e engessados das burocracias de toda ordem.
- 71** A questão da burocracia envolve aspectos políticos que dizem da própria forma de participação das pessoas junto ao poder social.

Conforme reza o texto constitucional, no seu artigo 182, parágrafo 4.º, que dispõe sobre os fins fiscais e parafiscais do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), deve-se discriminar tributariamente a propriedade imobiliária urbana a fim de desestimular a retenção de imóveis ociosos pela especulação de seus valores no mercado, contribuindo dessa forma para uma distribuição mais democrática de lotes, inclusive para a população de baixa renda. Com base nessas diretrizes, julgue os itens a seguir.

- 72** O custo de retenção dos imóveis, pelos tributos incidentes, onera seus valores de mercado, o que justifica a escalada de preços pela especulação.
- 73** O ganho com a valorização imobiliária deve ser menor do que o ganho com investimentos alternativos.
- 74** Com alíquotas maiores para imóveis ociosos, o objetivo extrafiscal do IPTU alcança sua consecução e, assim, a ocupação do espaço urbano passa a atender a pressupostos da democracia e da vida, ao invés do lucro.
- 75** O efeito parafiscal do IPTU pode ser obtido com base no cálculo do imposto que compreenda apenas o valor do terreno, ou seja, com exclusão do valor da edificação.
- 76** O disposto na lei supracitada não pode se sobrepor à adoção de alíquotas decrescentes no tempo sobre imóveis retidos para valorização, sob o risco da ameaça do direito à propriedade privada.

Em seu livro sobre a teoria do desenvolvimento econômico, Joseph A. Schumpeter postula que “primeiro devemos provar a afirmativa, estranha à primeira vista, de que ninguém, além do empreendedor, necessita de crédito; ou o corolário, aparentemente menos estranho, de que o crédito serve ao desenvolvimento industrial”. Com base na teoria schumpeteriana, julgue os itens seguintes.

- 77** A função do capital aparece como agente especial do desenvolvimento econômico, necessitando o empreendedor, em princípio e como regra, de crédito — entendido como uma transferência temporária de poder de compra.
- 78** O fenômeno do crédito ao consumo não compõe o cerne da teoria schumpeteriana do desenvolvimento.
- 79** O desenvolvimento, em princípio, é possível sem crédito.
- 80** A existência de empresários audaciosos e de suas propostas de inovação tecnológica garante para o desenvolvimento, teorizado pelas linhas schumpeterianas, um círculo econômico fechado de bens, em posição de equilíbrio estático.

Segundo o economista brasileiro Gilson de Lima Garófalo, pela Teoria do Consumidor, a microeconomia estuda a intenção dos indivíduos, com base em suas respectivas rendas, de se apropriarem de uma quantidade de bens que lhes propicie a maximização de suas satisfações, originando as procuras (individuais e agregadas) que se traduzirão em rendimentos para as firmas. Com base no exposto e considerando outros pressupostos gerais da microeconomia, julgue os itens a seguir.

- 81** A Teoria do Consumidor e a Teoria da Firma encontram um denominador comum na análise das bases para a determinação dos preços, pelo estudo do arcabouço econômico e da estrutura mercadológica.
- 82** A Teoria da Firma se desdobra em Teorias da Produção, dos Custos e dos Rendimentos e alicerça a análise da oferta.
- 83** A microeconomia é igualmente conhecida por Teoria dos Preços, pois procura evidenciar a formação dos preços dos bens e serviços, assim como dos recursos produtivos.
- 84** A microeconomia se interessa pelo estudo dos agregados como a produção, o consumo e a renda da população como um todo.
- 85** Conforme pressupostos da Lei Geral de Procura não se pode afirmar que a quantidade procurada de um bem ou serviço qualquer varia na razão inversa da variação de seus preços, mantidas as demais influências constantes.

Os processos de favelização, sobretudo pela realidade dos assentamentos informais em área urbana, são fenômenos tratados pelo poder público da perspectiva não somente urbanística, mas, principalmente, social. O ordenamento jurídico brasileiro, de acordo com os artigos 505-553 do Código Civil e artigo 183 da Constituição Federal de 1988, dispõe que, decorrido certo prazo legal, a posse transforma-se em propriedade pelo usucapião. De acordo com esse quadro, julgue os itens seguintes.

**86** O art. 183 da Constituição Federal de 1988 reduz o prazo para aquisição por usucapião, previsto nos artigos 550 e 551 do Código Civil, e define que aquele que possuir, como sua, área urbana de até 250 m<sup>2</sup>, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Isso significa que o possuidor usucapiente, decorrido o prazo mencionado, tem direito legal à posse.

**87** Nas ocupações de moradias em condições precárias, a regularização urbanística, não havendo riscos para a população usucapiente devido às características morfológicas da área objeto, deve pressupor sua reurbanização pelo poder público.

**88** Os instrumentos e mecanismos de planejamento urbano necessários à efetivação dos direitos humanos no país, em particular, o direito à moradia, encontram, nos processos de regularização fundiária, um amadurecimento político que aponta para a oportunidade de serem construídas cidades mais justas e saudáveis.

**89** A desafetação de um imóvel consiste na conversão, mediante lei ou ato do Poder Executivo praticado em conformidade com a lei, de bem de uso comum do povo em bem público dominical, desligado de qualquer destinação de interesse público e, portanto, apto para alienação a particulares, podendo ser considerado área objeto para processo de regularização fundiária.

**90** A concessão de uso especial para fins de moradia destina-se à regularização fundiária das terras públicas informalmente ocupadas pela população de baixa renda, sendo vetada a aquisição do domínio pleno sobre as referidas terras.

De acordo com a lei dos rendimentos decrescentes, concepção fundamentada pelo economista Thomas Robert Malthus (1766-1834) na obra **Ensaio sobre o Princípio da População**, a produção de alimentos cresce em progressão aritmética, enquanto a população tende a aumentar em progressão geométrica, o que deveria, segundo o autor, acarretar pobreza e fome generalizadas. Considerando esse tema, julgue os itens que se seguem.

**91** A crise mundial de alimentos, problematizada no cenário econômico mundial no início do ano de 2008, atualiza e confirma a tese malthusiana.

**92** Os melhoramentos tecnológicos modificaram significativamente a produção de alimentos na maioria dos países, mas esse aumento de produtividade não tem sido capaz de vencer a questão da falta de alimentos devido ao aumento em progressão geométrica da população mundial.

**93** Malthus acreditava que a quantidade fixa de terras existentes no planeta não supriria quantidades suficientes de alimentação à medida que continuasse o crescimento da população mundial.

**94** A maior parte da evolução na produção mundial de alimentos nos últimos anos se deve a melhoramentos tecnológicos, e não a aumentos de terras utilizadas para fins agrícolas.

**95** A crise de alimentos, nos moldes previstos por Thomas Malthus, não se concretizou.

As doutrinas liberais, que lançaram as bases fundamentais para os atuais sistemas de livre iniciativa, desenvolveram-se particularmente no século XVIII. Nesse período, precisamente no ano de 1776, dois acontecimentos importantes marcaram definitivamente a instituição dos sistemas liberais de organização da atividade econômica: a Declaração da Independência dos Estados Unidos e a publicação, na Inglaterra, do clássico **A riqueza das Nações**, de Adam Smith. A partir de referências do pensamento liberal, julgue os itens a seguir.

**96** A expressão *laissez-faire, laissez-passer*, atribuída a Gournay, tem sido equivocadamente eleita ao longo da história como a máxima central do liberalismo.

**97** O termo neoliberalismo designa uma corrente de organização da atividade econômica que capciosamente ecoa um movimento histórico com o qual em realidade e na prática não partilha fundamentos e princípios.

**98** Segundo o liberalismo, a organização da atividade deve ser confiada às forças naturais da oferta e da procura, cabendo, ao Estado, funções limitadas.

**99** A instituição básica do liberalismo é a propriedade privada dos meios de produção, correlacionada à livre iniciativa e ao lucro.

**100** O liberalismo alcançou seu apogeu entre as últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do XIX, coincidindo com esse último período um forte impulso de novas correntes socialistas.

A tecnologia de produção, juntamente com os preços dos fatores de produção, determina o custo de produção da empresa. Com base em definições e comportamentos típicos dos conceitos fundamentais de custo, julgue os itens subseqüentes.

- 101** O custo total da produção é a soma dos custos fixos, que serão incorridos independentemente do nível de produção que seja obtido pela empresa, e o custo variável, que varia conforme o nível de produção.
- 102** O custo fixo total é representado por uma reta paralela ao eixo das quantidades.
- 103** O custo marginal, também definido como custo incremental, resulta da divisão do custo total pelas quantidades produzidas.
- 104** O custo total médio da produção é a soma, para cada nível de produção, dos custos fixos e variáveis.
- 105** O custo marginal é o aumento de custo variável em que a empresa incorre pela diminuição de uma unidade extra de produto.

Segundo quadros consagrados pela literatura econômica contemporânea, pode-se tomar como classificação básica de estruturas de mercado observáveis as situações de concorrência perfeita, de monopólio, de oligopólio e de concorrência monopolística. Com base nesses referenciais, julgue os itens que se seguem.

- 106** Um mercado monopolisticamente competitivo é a expressão definitiva de um regime de concorrência perfeita.
- 107** Em um regime de monopólio puro, o ramo industrial no setor considerado e a firma são expressões sinônimas.
- 108** Em uma estrutura de mercado sob concorrência perfeita, cada empresa vende uma marca ou versão de um produto, sendo cada empresa a única produtora de sua marca.
- 109** Nas estruturas de mercado oligopolistas, o produto pode ou não ser diferenciado, importando apenas que algumas empresas sejam responsáveis pela maior parte ou pela totalidade da produção.
- 110** Nas estruturas de mercado sob regime de concorrência monopolística, não há acentuada diferenciação dos produtos, não apresentando o bem ou serviço de cada empresa particularidades capazes de distingui-lo dos demais.

Tendo por objetivo a democratização do acesso à terra urbana e rural, e buscando garantir que a propriedade cumpra sua função socioambiental, os municípios brasileiros têm a responsabilidade constitucional de regular as formas de uso, ocupação e o parcelamento do solo. Considerando-se a questão do loteamento para fins urbanos em zona rural, julgue os itens a seguir.

- 111** A leitura socioterritorial, pautada por objetivos preliminares do plano diretor — tais como as diretrizes para a coleta, sistematização e análise das informações e a enunciação dos problemas a serem abordados — é fundamental na elaboração de propostas para um novo ordenamento territorial.
- 112** Não sendo o plano diretor obrigatório para municípios com vinte mil habitantes ou menos, ficam essas localidades desobrigadas do cumprimento da instrução do INCRA/1980 que dispõe sobre os parcelamentos urbanos em zona rural.
- 113** A grande maioria dos municípios brasileiros tem menos de vinte mil habitantes, não merecendo, portanto, política específica em conformidade com as disposições do Estatuto da Cidade.
- 114** É vedado por lei federal o parcelamento do solo para fins urbanos em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública e em que as condições geológicas não aconselhem a edificação.
- 115** A regularização de ocupações na zona rural pressupõe alastramento da malha de infra-estrutura urbana, como o abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários etc., implicando diretamente as questões ambientais do município.

Considerando que a análise dos fundamentos da oferta e da demanda preenche um capítulo relevante do estudo das ciências econômicas, julgue os itens que se seguem.

- 116** A lei da oferta correlaciona as diferentes quantidades que os consumidores estão dispostos e aptos a adquirir com os vários níveis de preços apresentados.
- 117** A análise da oferta e da procura é uma ferramenta importante na determinação do modo pelo qual os impostos, os subsídios, os impostos de importação e as cotas de importação afetam consumidores e produtores.
- 118** No âmbito da análise microeconômica, não há interação entre as leis da oferta e da procura por não estarem estas relacionadas ao estudo da formação dos preços no mercado.
- 119** A oferta de determinado produto pode ser definida como as várias quantidades que os produtores estarão dispostos e aptos a oferecer no mercado, em função dos vários níveis de preços possíveis, em determinado período de tempo.
- 120** Como as quantidades procuradas (QP) não dependem diretamente do nível dos preços (P), é correto afirmar que não há uma relação funcional de dependência entre as variáveis QP e P.





**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos